



Os fragmentos biográficos de Joaquim Nabuco e da Princesa Isabel de Bragança no jornal *A Federação*: a construção de uma memória republicana sobre a abolição (RS, 1884-1889)

The biographical fragments of Joaquim Nabuco and Princess Isabel de Bragança in the newspaper *A Federação*: the construction of a republican memory on the abolition (RS, 1884-1889)

Tuane Ludwig Dihl

Doutoranda

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

tuane.ludwig.dihl@hotmail.com

Recebido em: 22/12/2017

Aprovado em: 21/01/2017

RESUMO: O artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa realizada no jornal *A Federação* – órgão de propaganda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) - em relação a Joaquim Nabuco e à Princesa Isabel de Bragança e suas respectivas atuações no processo de abolição da escravidão brasileiro. Buscou-se desvelar os “fragmentos biográficos” destas personalidades abolicionistas das páginas do referido periódico, a fim de analisar como os mesmos foram abordados e utilizados ali para compor uma narrativa republicana sobre o abolicionismo e sobre a Lei Áurea (1888). Por meio dessa análise, foi possível problematizar as figuras históricas Nabuco e Isabel – ambos ligados à monarquia – sob o olhar de um grupo republicano, percebendo as influências de seus posicionamentos políticos em suas atuações em prol da libertação dos escravos.

PALAVRAS-CHAVES: *A Federação*, Abolição, Republicanismo.

ABSTRACT: The article has the objective to present an search fulfilled in newspaper *A Federação* – organ of propaganda of Rio-Grandense Republican Party (PRR) – in relation to Joaquim Nabuco in the Princess Isabel de Bragança and their respective actions in the processo of abolishing Brazilian slavery. We sought to unveil the “biographical fragments” of these abolitionist personalities of the newspaper pages, in order to analyse how they were approached and used there compose a republican narrative on abolitionism ando on the Lei Áurea (1888). Through this analysis, it was possible to problematize the historical figures Nabuco and Isabel – both linked to the monarchy - under the eyes of a republican group, perceiving the influences of their political positions in their actions for the liberation of the slaves.

KEYWORDS: *A Federação*, Abolition, Republicanism.



Introdução

Fundado na capital gaúcha no ano de 1884 e circulando de segunda a sábado, *A Federação* surgiu com a alcunha de ser o órgão de propaganda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Sendo assim, a grande parte dos membros e periodistas desse jornal ligava-se diretamente a esse grupo político, caso de Júlio de Castilhos, Ramiro Barcelos, Venâncio Aires, Demétrio Ribeiro, Alcides Lima, entre outros republicanos¹.

Segundo Francisco Rüdiger, a imprensa gaúcha daquele contexto, caracterizou-se pela tendência do jornalismo político-partidário, logo, era bastante comum a apropriação dos jornais pelos partidos políticos. Desenvolveu-se a concepção de que o papel dos periódicos era essencialmente opinativo, na medida em que os impressos veiculavam, organizadamente, o ideário dos partidos tendo por objetivo a formação doutrinária da opinião pública a favor do grupo que os usavam. Conforme esse autor, *A Federação* é o modelo dessa tendência, tendo em vista que foi significativo para a articulação do movimento republicano na província, assumindo desde o princípio o cunho de órgão de combate e propaganda². Além do cunho republicano, o dito jornal emprestou valiosa e incontestável colaboração ao abolicionismo gaúcho, mesmo que insurgindo na fase final do movimento, defendendo a abolição imediata e sem indenização.

Ao realizar a leitura das edições desse periódico entre 1884 e 1889, buscou-se desvelar de suas páginas ‘fragmentos biográficos’ de Joaquim Nabuco e da Princesa Isabel de Bragança, a fim de analisá-los, principalmente, dando ênfase às suas respectivas atuações no processo de abolição da escravatura brasileiro³. Sabe-se que Nabuco e Isabel pertenciam à elite da época e, principalmente, que compactuavam com a monarquia. Diante disso, objetivou-se reconhecer como seus posicionamentos políticos atuaram na construção das representações sobre eles nesse periódico. Grosso modo, foi de objetivo analisar como esses vestígios foram abordados e utilizados pelos articulistas do jornal do PRR para compor uma narrativa republicana sobre o abolicionismo e sobre a Lei Áurea (1888).

Joaquim Nabuco, o “ilustre monarquista”

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo provinha de uma família que ascendeu social e politicamente pela via burocrática: o pai José Thomaz Nabuco de Araújo fez carreira como magistrado e político brasileiro. Os primeiros anos de Nabuco, porém, foram vivenciados no

¹ Infelizmente não é possível identificar com precisão todos os sujeitos que atuavam no impresso, devido ao fato de que não era de praxe os textos serem assinados.

² RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1993, p. 26.

³ Usa-se o termo ‘fragmentos biográficos’ em função de as referências sobre tais indivíduos apresentarem-se n’ *A Federação* de forma bastante lacunar e nada linear.



Recife sob a guarda dos padrinhos Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho e Ana Rosa Falcão Carvalho, ricos proprietários de terras e escravos. Nabuco cresceu, então, como um menino de engenho. Entre a Corte brasileira – para onde foi levado aos oito anos de idade – e as temporadas como funcionário nas embaixadas em Washington e Londres, Nabuco desenvolveu seu posicionamento político e, especialmente, a militância abolicionista.

Nabuco de Araújo pertencia à aristocracia burocrática, chamada então 'do talento': homens sem grande lastro econômico, que faziam carreira no Estado. Nabuco de Araújo chegara a ela casando-se, em 1840, com uma Suassuna, família aliada dos Cavalcanti, a grande oligarquia territorial pernambucana. A partir daí se estabeleceu. Seu escritório jurídico logrou reputação e frequentes consultorias ao estado. Ascendeu a quase todos os postos políticos relevantes e foi assimilado à sociedade de corte - mas sem acumular patrimônio. Joaquim Nabuco nasceu, pois, numa família que compunha a *aristocracia de segunda divisão*.⁴

Das várias obras que Joaquim Nabuco escreveu ao longo da vida, destaca-se a intitulada *O Abolicionismo*⁵, na qual ele discorre sobre a pertinência do movimento abolicionista para o progresso brasileiro, apontando as características do mesmo. Segundo ele, o abolicionismo era “antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre das raças na liberdade”⁶. Nabuco procurou deixar claro também seu posicionamento acerca de como deveria transcorrer a transição do trabalho escravo para o livre:

A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre; mas tal possibilidade não entra nos cálculos de nenhum abolicionista. [...]

A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade. Em semelhante luta, a violência, o crime, o desencadeamento de ódios acalentados, só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e os votos da humanidade toda⁷.

Guiando-se por essas ideias, o aristocrata Nabuco empreendeu um estilo de ativismo que

⁴ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 19. (Grifos do autor)

⁵ No dia 24 de maio de 1884, o jornal *A Federação* publicava em primeira página o prefácio desse livro, ao qual tiveram acesso através de uma carta que Joaquim Nabuco enviara de Londres para André Rebouças.

⁶ NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da folha de São Paulo). Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf]. Acessado em: 05 set. 2016, p. 9.

⁷ NABUCO, **O abolicionismo**, p. 12.



consistia em “trabalhar em projetos, discursos, coalizões, de modo a angariar sustentação para uma lei abolicionista”⁸. Estilo este, por sua vez, que se alinhava às representações formuladas pelos republicanos rio-grandenses redatores d’ *A Federação* sobre a abolição. Esses agentes políticos defendiam que a abolição foi uma “revolução pacífica”, algo que talvez a história não registrasse outra, sendo tão generosa que fez “os vencidos passarem por baixo dos arcos triunfantes, na frente dos vencedores”⁹.

O papel desempenhado por Nabuco na campanha abolicionista foi destacado por estes agentes da política rio-grandense muitas vezes com admiração e respeito. Em meados de 1885 afirmavam que era Nabuco um “evangelizador infatigável e cheio de fé”, que consagrava “todos os grandes recursos do seu belo talento ao serviço da abolição dos escravos”¹⁰. “Ilustre abolicionista”, “emérito abolicionista” e “eloquente orador da abolição” são qualificativos que seguidamente precediam o nome de Joaquim Nabuco no periódico em questão, os quais expressam a competência com que era vista sua atuação nessa luta. Em 1885, *A Federação* divulgou um editorial com considerações positivas e entusiasmadas em relação à posse de Nabuco enquanto deputado pelo então distrito de Pernambuco. Neste texto é ressaltado seu papel no abolicionismo, afirmando-se ali que:

A vitória do Dr. Joaquim Nabuco é também uma vitória do abolicionismo, do qual ele se constituiu desde muito um dos mais nobres e ardentes apóstolos.

Foi o iniciador ousado que primeiro agitou a majestosa causa no parlamento e que por ela soube bater-se galhardamente até expirar o prazo do seu mandato.

Foi depois o evangelizador infatigável e cheio de fé, que até hoje tem consagrado todos os grandes recursos do seu belo talento ao serviço da abolição dos escravos.

Nas páginas de um livro eloquente, que tão brilhante sucesso conseguiu dentro e fora do país, na imprensa e na tribuna popular, o dr. Joaquim Nabuco revelou-se identificado com a grande causa hoje disputada, conquistando com brilhantismo o título de um dos seus beneméritos servidores.¹¹

Nessa época, percebe-se como a militância política de Nabuco alinhava-se à abolicionista e como essa característica ia ao encontro dos interesses republicanos rio-grandenses, uma vez que todos jogavam no campo do abolicionismo – situação que se altera com o recrudescimento da campanha republicana. Um ponto chave na trajetória abolicionista de Nabuco, ainda que pouco estudado e sobre o qual não há referências n’ *A Federação*, é sua relação com os abolicionistas britânicos. Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho exploraram esse aspecto por meio da

⁸ ALONSO, Flores, **votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88), p. 160-161.

⁹ *A Federação*, Porto Alegre, 11 de abr. de 1888, p. 1.

¹⁰ *A Federação*, Porto Alegre, 09 de jun. de 1885, p. 1.

¹¹ *A Federação*, Porto Alegre, 09 de jun. de 1885, p. 1.



correspondência trocada entre Nabuco e a *British Anti-Slavery Society*, constatando que esse contato significou uma parceria buscada conscientemente por este intelectual visando à expansão da arena da luta para o cenário internacional¹².

Ao também explorar essa faceta do abolicionismo de Joaquim Nabuco, Marco Pamplona sublinhou que a troca de ideais e debates com os abolicionistas estrangeiros resultou numa radicalização do pensamento desse ativista sobre a escravidão e o seu fim. Conforme esse autor, Nabuco passou a dar mais importância para a dimensão moral em sua crítica e concepções sobre o escravismo, condenando abertamente o “crime” da escravidão¹³. Diante disso, o intelectual passou a tomar a abolição uma questão inegociável e urgente, ou seja, direta e sem indenização tal qual defendiam os republicanos rio-grandenses. O olhar positivo sobre Nabuco ecoa, justamente, nessa aproximação entre suas concepções e às veiculadas n’ *A Federação* acerca da abolição, conforme se observa no trecho transcrito abaixo:

No Rio Grande do Sul, nós pertencemos aos abolicionistas da mais antiga longa data e somos daqueles que primeiramente formularam o seu pensamento sobre a questão dos escravos, nas seguintes palavras: - Liberdade imediata e incondicional. [...]

Nós somos pela liberdade sem indenização em todos os terrenos; entendemos que a liberdade é um bem suficiente para recompensar, só ela, todos os males do cativo!¹⁴

Conforme era esperado, os republicanos redatores d’ *A Federação* tinham suas ressalvas com Joaquim Nabuco, tendo em vista sua proximidade com a monarquia. A análise dos fragmentos biográficos acerca desse personagem publicados nesse jornal, contudo, mostrou-se em certa medida complexa, uma vez que foi visto sob diferentes ângulos pelos membros do jornal, resultando na formulação de representações distintas e por vezes antagônicas. O trecho reproduzido abaixo, apesar de longo, expressa essa característica com precisão:

Não pertencemos ao número dos que prestam ao dr. Joaquim Nabuco uma adesão sem restrições.

Politicamente falando, o distinto compatriota, apesar dos talentos, não provoca o nosso apoio.

Ele é figura saliente no meio daqueles que, em número bastante avultado, não creem mais na monarquia, nem na sua capacidade para garantir a ordem sem prejudicar as funções do nosso progresso, mas que se colocam, todavia, ao serviço dela, prestando-lhe o concurso das suas aptidões, do seu prestígio e de

¹² BETHELL, Leslie, CARVALHO, José Murilo. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. Correspondência 1880-1905. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23 n. 65, 2009, p. 207.

¹³ PAMPLONA, Marco A. Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1879-1886) – ação parlamentar, campanha nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norte-americanos. *Revista de História Iberoamericana*, Madrid, v. 3, n. 01, 2010, p. 55.

¹⁴ *A Federação*, Porto Alegre, 18 de jul. de 1888, p. 1.



seus esforços.

Esse é o pior, o mais funesto e o mais perturbador de todos os diversos matizes em que se acha dividida a política no país.

Quando ele não fosse o testemunho decisivo de uma incoerência injustificável e pouco honrosa, seria a prova da falsa compreensão que tanto tem desrespeitado a política científica no Brasil.

E que a esse matiz está infelizmente filiado o dr. Joaquim Nabuco, demonstram não só as suas constantes manifestações, como a sua frase proferida no parlamento, frase justamente célebre:

No Brasil é preciso mais coragem para ser monarquista do que para ser republicano.

[...]É na sua gloriosa missão abolicionista que o dr. Joaquim Nabuco merece a nossa adesão e provoca nossos aplausos.

Ninguém mais do que ele é digno das homenagens dos abolicionistas.

Quando a majestosa causa estava arredada da arena dos debates nacionais por falta de agitadores, foi ele quem agitou.

Quando o verbo da propaganda libertadora estava silencioso, foi ele quem rompeu o silêncio com uma valentia moral jamais inolvidável.¹⁵

Claro está que os republicanos d' *A Federação* nutriam pelo menos dois sentimentos diametralmente opostos em relação a Joaquim Nabuco: admiravam sua contribuição ao abolicionismo, mas desprezavam suas convicções políticas monarquistas. Se, conforme o trecho acima, Nabuco foi um agitador persistente no campo parlamentar em prol da propaganda libertadora; politicamente seria incoerente, pois era adepto de um regime que desacreditava como via possível para promulgar o progresso do país. Além disso, cabe mencionar que as representações elaboradas nessa folha republicana correspondem mais ou menos às fases de seu pensamento político, divididas em três: abolicionismo (década de 1880), monarquismo (década de 1890) e pan-americanismo (década de 1900)¹⁶. Christian Edward, ao estudar a segunda fase, constatou que ainda hoje “celebra-se o Nabuco abolicionista, porque ‘progressista’ e ‘moderno’, e detrata-se o monarquista, porque ‘atrasado’ e conservador”¹⁷ - concepção que de alguma forma ou de outra encontra eco nas representações que se identificou sobre ele lá nos séculos XIX e XX.

Apesar das referências ao seu papel como militante pela causa dos escravos, a figura de Joaquim Nabuco no jornal dos republicanos rio-grandenses serviu muito mais para endossar a campanha republicana que para o discurso abolicionista propriamente dito. Como destacado anteriormente, o posicionamento político monarquista de Nabuco era encarado como incoerente

¹⁵ *A Federação*, Porto Alegre, 13 de mai. de 1885, p. 1.

¹⁶ LYNCH, Christian Edward Cyril. O império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. In: **Lua Nova**, São Paulo, Ed. 85, 2012, p. 278.

¹⁷ _____. O império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. p. 278.



pelos redatores do periódico em questão. Incoerência esta que repousava sobre a ideia de federação monárquica defendida por ele. Milton Carlos, ao estudar essa personalidade brasileira, constatou que os líderes adeptos da Federação e da Monarquia acreditavam que só mudando radicalmente o Império seriam salvos, dessa forma, propunham apenas medidas descentralizadoras, temerosos de concessões que derrubariam a monarquia¹⁸. Na concepção republicana, esses dois preceitos seriam antagônicos, dessa forma, utilizavam propagandistas como Joaquim Nabuco para escancarar a falência da instituição imperial, conforme fica claro na publicação de 12 de outubro de 1885:

Essa solução (para a crise política) não pode ser a monarquia federativa proposta pelo sr. Joaquim Nabuco; porque o ilustre senador já declarou com a maior solenidade que no dia em que for realizada a ideia da federação, a monarquia irá desaparecer.

É claro que s. ex. está convencido de que monarquia e federação são sistemas inconciliáveis, e que não podem coexistir.¹⁹

Seria esta ideia da monarquia federativa “nunca realizável” aos olhos dos republicanos. É óbvio que tentativas de salvar a monarquia jamais seriam bem vistas por esse grupo que alçava na época se alojar no poder. Todavia, é interessante notar que em momento algum o jornal publicou algum tipo de crítica pessoal a Joaquim Nabuco. Ele foi sim criticado em razão de seu pensamento político, que não ia ao encontro dos republicanos, porém, não sofreu ataques de cunho moral em relação à sua personalidade e à sua atuação profissional. Muito pelo contrário, por vezes foi qualificado como “ilustre monarquista”, “homem de talento” que talvez fosse capaz de prolongar artificialmente a vida do condenado regime imperial²⁰.

Impossível não comparar a trajetória de Nabuco com a de José do Patrocínio – outra figura histórica que se destacou na campanha abolicionista - especificamente a forma como as mesmas foram representadas no jornal *A Federação*. Ambos os personagens eram donos de personalidades vigorosas, competiam e por vezes até se atritavam, de fato nunca foram amigos. Além disso, ambos também tiveram divergências políticas com os republicanos. No entanto, apesar dessas semelhanças, somente Patrocínio teve suas características pessoais acionadas pejorativamente no jornal, uma vez que era tachado de “indisciplinado” e “insolente”²¹.

É de se considerar que a diferença primordial entre tais homens é a de origem étnica e

¹⁸ COSTA, Milton Carlos. **Joaquim Nabuco**: entre política e história. São Paulo: Annablume, 2003, p. 93.

¹⁹ *A Federação*, Porto Alegre, 12 de out. de 1885, p. 1.

²⁰ *A Federação*, Porto Alegre, 27 de jun. de 1886, p. 1.

²¹ Sobre a trajetória de José do Patrocínio e outros abolicionistas negros, ver o primeiro capítulo da dissertação de mestrado: DIHL, Tuane Ludwig. **Plurais (In) visibilidades**: Representações republicanas sobre o negro (Jornal *A Federação* – RS, 1884-1903). 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo, 2017.



social: enquanto um era negro e carrega uma herança familiar ligada à senzala²², o outro era um indivíduo *branco* (ou pelo menos socialmente branco) membro da aristocracia desde o nascimento. Diante disso, é de se considerar também que as representações formuladas pelos redatores d' *A Federação* acerca desses e de outros personagens possivelmente tenham sido influenciadas por parâmetros racializados. Um trecho que integra uma edição de outubro de 1889 nos ajuda a refletir sobre essa questão: “é preciso considerar que o sr. Joaquim Nabuco, apesar dos seus erros e desvios, ainda exerce o prestígio moral que lhe dão o seu talento e a fêrvida intransigência com que se conduziu através da longa e ardente agitação abolicionista, por ele mesmo iniciada no parlamento”²³. Ficou claro que o jornal não classificou os “erros” de Nabuco como determinantes para abafar seu talento profissional, diferente do que ocorrera com Patrocínio. Segundo o jornal,

Os bons talentos são os que servem as boas causas e o partido republicano, como núcleo de resistência, precisa mais de convicções sinceras do que de reputações ruidosas.

O esforço do Sr. Patrocínio, por maior que seja, há de ser impotente para conter a marcha vitoriosa da ideia republicana.

Os que não transigem têm esta grande vantagem: vencem sempre; o sucesso definitivo é dos que sabem esperar.

Se alguém perdeu com a deserção do Sr. Patrocínio foi s.s.; se alguma coisa deve temer-se do seu procedimento, ninguém mais deve temê-la que s.s.

Nós estamos tranquilos; fomos corretos.²⁴

Apesar de Patrocínio não ter abandonado a causa republicana, no entanto, ele rompeu com o Partido Republicano Paulista. Atitude essa que foi entendida pelos correligionários rio-grandenses como um terrível erro que mudou completamente a forma como *A Federação* referia-se a ele. Enquanto colega, ele era o “infatigável obreiro da redenção dos escravos”, o “eminente colega”, o “ilustre jornalista”; após a deserção tornou-se o “escravo”, o “indisciplinado” e o “jornalista arrebatado”²⁵.

A maneira como Patrocínio e Nabuco foram abordados pelos periodistas do PRR parecem, então, indicar que talvez a cor do indivíduo servisse para despertar um olhar mais intransigente por parte deles. Isto é, o que poderia ser considerado imperdoável para um indivíduo negro, para um branco era perdoável.

É comum encontrar no jornal alguns trechos de discursos proferidos por Joaquim

²² José do Patrocínio foi fruto do envolvimento de uma liberta quitandeira com o vigário da paróquia de Campos (RJ). Além de abolicionista e jornalista, Patrocínio, na verdade, era farmacêutico de formação.

²³ *A Federação*, Porto Alegre, 17 de out. de 1889, p. 1.

²⁴ *A Federação*, Porto Alegre, 09 de mai. de 1888, p. 1.

²⁵ *A Federação*, Porto Alegre, 09 de mai. de 1888, p. 1.



Nabuco, os quais são explorados pelos periodistas do jornal a fim de demonstrar incoerências em relação às alternativas propostas por ele e por outros monarquistas em relação à crise política. Numa dessas ocasiões, por meio de uma fala de Nabuco frente um auditório abolicionista em Recife, os redatores de *A Federação* afirmaram que ele não encontrara, dentro do sistema, “remédio enérgico e eficiente a não ser a aspiração de uma política nunca realizável”²⁶: a “ridícula comédia”²⁷ que era a federação monárquica. Encontrar brechas nos discursos dos monarquistas contribuía significativamente para uma visão otimista em relação à implantação da República, uma vez que a falência daquele regime mostrava-se iminente mesmo para aqueles que se incluíam e compactuavam com ele.

Em agosto de 1886, *A Federação* publicava um editorial constatando a situação do monarquismo no Brasil. Afirmava o jornal nessa ocasião que não existia lastro histórico no país para justificar e preservar tal regime político, pois o mesmo não teria desde o início se instaurado a partir de convicções verdadeiramente monárquicas, mas sim a partir de interesses particulares, tendo um caráter accidental. O intelectual Joaquim Nabuco é, então, acionado para ilustrar essas constatações:

Alude o sr. Joaquim Nabuco ao período do monarquismo sincero e genuíno, nutrido de crença e de fé nos dogmas da monarquia, período que já extinguiu-se...

Mas esse monarquismo de que fala o paladino liberal nunca existiu aqui. Seguindo as lições da história, ele manifestou-se sempre com os mesmos caracteres gerais que agora apresenta, salvo as diferenças para pior, resultantes da crescente decadência dos costumes políticos.

Quem quer que estude a história do império sem preconceitos, si em vez de prender-se à materialidade dos sucessos estudá-los no espírito do seu conjunto à luz do método positivo, há de reconhecer a ausência do ideal monárquico em todos os movimentos políticos do nosso passado.²⁸

No fragmento acima, o personagem da vez é tido como um ingênuo frente à situação de desgaste da monarquia. Em outros momentos, porém, Nabuco é apontado como “cultor do pessimismo em política”²⁹, visto o desânimo que manifestava em relação ao futuro político do país. Em 1886 o jornal publicou uma carta que Nabuco redigiu à *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro, na qual confessava que: “ainda não tem fé na República e perdeu a fé na monarquia”³⁰. Ao comentarem essa transcrição, que carregava o título de “nem monarquista, nem republicano” o periodista da matéria deixava claro: “como não é de presumir que espere indefinidamente essa

²⁶ *A Federação*, Porto Alegre, 19 de nov. de 1885, p. 1.

²⁷ *A Federação*, Porto Alegre, 19 de nov. de 1885, p. 1.

²⁸ *A Federação*, Porto Alegre, 27 de ago. de 1886, p. 1.

²⁹ *A Federação*, Porto Alegre, 01 de mar. de 1887, p. 1.

³⁰ *A Federação*, Porto Alegre, 15 de maio de 1886, p. 2.



reviravolta, não desesperemos de vê-lo ainda entre os que já têm fé na República”³¹. Ou seja, a tendência era que o “ilustre cidadão” logo entrasse para o time dos correligionários do PRR.

Por outro lado, contudo, alguns pontos precisam ser relativizados. Segundo o autor Christian Edward, ao contrário do que geralmente é mencionado, Nabuco teria se mantido fiel às preocupações de sua fase abolicionista, de modo que se manteve monarquista por julgar que o advento do regime republicano viria a prejudicar e não a favorecer o advento de uma sociedade autenticamente republicana, liberal e democrática³². Nessa perspectiva, a Monarquia seria um instrumento adequado para promover efetivamente o civismo, o liberalismo e a democracia, capaz de preparar a sociedade brasileira para uma República verdadeira³³. Noutras palavras, Joaquim Nabuco não teria sido um inimigo do republicanismo, mas sim da forma como este republicanismo se desenrolará no Brasil, de modo que julgava a ele próprio como um verdadeiro republicano uma vez comprometido com os ideais cívicos de liberdade e igualdade.

A partir de 1889 e da instauração da República, as menções a Joaquim Nabuco vão se tornando cada vez mais escassas no jornal *A Federação*. Não significa que os redatores tenham se omitido publicamente a partir dessa data, pelo contrário, tendo em vista a fragilidade dessa República em seus anos iniciais não era conveniente a veiculação do posicionamento contrário e ativamente manifestado por Nabuco. Em contrapartida, o que também pode justificar esse esvaziamento de referências sobre ele no jornal é o fato de que a partir desse marco adentrou num período de hibernação política, no sentido de não exercer cargos públicos. O luto pelo monarquismo acabou quando Nabuco foi convidado em 1890 para ocupar a chefia da Missão do Brasil na capital britânica, inicialmente de forma interina. Nos anos que seguem, então, até 1903, encontrou-se no jornal notas espaçadas e bem sintéticas que apenas constata sua atuação na área da diplomacia³⁴. Todavia, esses vestígios nos permitem vislumbrar novamente o nome de Nabuco acompanhado de qualificativos bastante positivos, como “ilustre ministro”³⁵, “trabalhador infatigável”³⁶ e até “grande orador brasileiro”³⁷. Como funcionário da República, usando seu reconhecido talento a favor dos interesses da mesma, volta a ser adulado pelos republicanos rio-grandenses em seu respectivo periódico.

³¹ *A Federação*, Porto Alegre, 15 de maio de 1886, p. 2.

³² LYNCH, O império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. p. 284.

³³ _____, império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. p. 284

³⁴ Algumas dessas notas podem ser encontradas nas edições de *A Federação*: 06/04/1900 p. 1; 15/12/1900 p. 1; 28/07/1902 p. 1; 18/08/1902 p. 1; 17/11/1902 p. 1; 01/05/1903 p. 1; e 04/05/1903 p. 1.

³⁵ *A Federação*, Porto Alegre, 01 de mai. de 1903, p. 2.

³⁶ *A Federação*, Porto Alegre, 10 de set. de 1903, p. 2.

³⁷ *A Federação*, Porto Alegre, 20 de jun. de 1903, p. 1.



Em relação a Joaquim Nabuco identificou-se representações diversas, tanto positivas como negativas. O mesmo, porém, não ocorreu no que tange à princesa Isabel, de modo que as representações em torno dela mostraram-se mais homogêneas e repetitivas n' *A Federação*. A homogeneidade que se fala relaciona-se ao fato de que, por razões óbvias, não se vislumbrou qualquer apoio por parte dos redatores dessa folha à herdeira do trono e à sua atividade política. Já quanto ao caráter repetitivo que atribuímos a tais representações tem a ver com o fato de elas girarem em torno dos mesmos assuntos: o papel de d. Isabel na abolição e sua articulação para o que seria o terceiro reinado.

A princesa Isabel de Bragança e o “falso” abolicionismo

Se houve um grande esforço empreendido pelos apoiadores da monarquia em associar o processo de abolição da escravatura à princesa, ocorreu igualmente um esforço republicano em desconstruir tal associação. Segundo Dalbert Junior Robert, enquanto os primeiros a caracterizavam como uma líder monárquica corajosa, de caráter humanitário, capaz de atender as expectativas do povo; os outros alegavam que a mesma havia abusado da função pública, mostrando-se uma déspota, autoritária, incapaz de governar³⁸. Esses republicanos – integrantes do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ) - de que fala Dalbert formularam tais representações uma vez que não compactuavam com a ideia da abolição imediata e sem indenização, diferente dos republicanos rio-grandenses. Logo, esse conflito de representações, protagonizados por grupos portadores de propostas diferentes e conflitantes, encontra suas nuances e especificidades quando visto sob o prisma de um grupo específico que embora republicano, reservava suas peculiaridades³⁹.

Em maio de 1888 era, então, publicado n' *A Federação*:

³⁸ ROBERT, Dalbert Junior. **Isabel, a “Redentora dos escravos”**: um estudo das representações sobre a princesa. 2001. 212 f. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 103.

³⁹ Desde a formação do PRR em 1882, essa facção política apresentou-se de forma distinta, tanto no nível estadual como em relação a seus colegas de outras províncias. Célia Regina Pinto sugeriu três características que foram demarcadoras das peculiaridades que envolviam este partido e que por consequência se refletiam em seu veículo de imprensa. Em primeiro lugar, leva-se em conta o fato de o movimento republicano ter se desenvolvido tardiamente em solo sulino, somente na década de 80, enquanto nas outras regiões já marcava presença há pelo menos uma década. Em segundo lugar, seus fundadores eram distintos das elites políticas da época, pois em geral, eram jovens, graduados e sem experiência política. Tão embora inegavelmente pertencessem a uma elite econômica, não se enquadravam exclusivamente naquela oligarquia ligada à pecuária extensiva e à produção de charque. Em terceiro lugar, o dito partido não nasceu de uma dissidência com o Partido Liberal, conforme ocorreu com as demais entidades republicanas brasileiras, obviamente seu projeto político não era liberal; aliás, era antiliberal, declaravam-se adeptos das ideias positivistas de Augusto Comte. Cf. PINTO, Céli Regina. **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS:1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 9 - 15.



Querem atribuir à princesa a libertação dos escravos.

Se a princesa fosse a amiga fervorosa da raça oprimida que nos querem apresentar, não era somente agora que o devia mostrar, há muito que esse sentimento devia ter-lhe imposto outra conduta.

E essa mesma princesa abolicionista que sustentou o sr. Cotegipe e que só o abandonou a onda da indignação pública, arrancou-lhe o poder das mãos, completamente desprestigiado e desmoralizado.

Não, não é o projeto abolicionista que representa uma luta no momento que cobre assim de popularidade a princesa.

Não é tão pouco o trabalho da propaganda abolicionista, porque esse trabalho fez-se fora do governo e a despeito dele, exceto o tempo do gabinete do sr. Dantas.

A verdade é que a abolição estava feita; o escravo libertava-se, si não o libertassem.

A princesa é a mesma; o que mudou foi a opinião a respeito dela⁴⁰.

A tentativa de esvaziar a atuação da princesa no processo abolicionista fica bastante expressa no trecho acima e em tantos outros que se encontram na fonte desta pesquisa. Aos olhos dos redatores d' *A Federação*, o papel da abolição não cabia a ela, na medida em que já era um fato certo. Fica claro também que, para eles, assim como para os demais correligionários republicanos, a roupagem de abolicionista foi vestida por Isabel como uma estratégia visando à continuidade do regime, o que se relacionava diretamente à imagem e ao nível de aceitação dela entre os vários setores sociais.

De fato, a construção da figura da herdeira do trono como uma governante capaz de dar fim ao escravismo era um empreendimento promissor que poderia possibilitar flores e glórias à instituição monárquica e a ela especificamente⁴¹. Estratégia esta percebida pelos republicanos rio-grandenses e amplamente criticada por eles que argumentavam: “a princesa, nos tempos precários para o abolicionismo, nunca se revelou em prol dos cativos, nunca prestou ao movimento ao movimento libertador a força moral de seu apoio”⁴². Nega-se, inclusive, o próprio espírito abolicionista de d. Isabel, ou seja, os seus sentimentos em relação aos escravos, sua compaixão para com a *raça oprimida*. Mary Del Priore ao biografar a vida do casal – Isabel de Bragança e Conde D’Eu – aproxima-se dessa visão ao revelar que a princesa era alheia à situação dos escravos e que se aproveitou da onda abolicionista para projetar-se politicamente⁴³. Ao analisar as cartas escritas por Isabel, a autora percebeu a falta de envolvimento dela com a luta abolicionista, uma vez que identificou citações que fazem alusão aos escravos de forma muito natural e normal,

⁴⁰ *A Federação*, Porto Alegre, 08 de mai. de 1888, p. 1.

⁴¹ ROBERT, Isabel, a “Redentora dos escravos”, p. 84

⁴² *A Federação*, Porto Alegre, 01 de jun. de 1888, p. 1.

⁴³ PRIORE, Mary Del. **O Castelo de Papel**: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde D’Eu. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.



sem qualquer reflexão ou preocupação com os mesmos.

O esforço para desvincular a abolição da ação da Princesa e por consequência da monarquia também se refletiu na contestação do título de “Redentora”, a ela creditado por seus apoiadores logo após a assinatura da Lei Áurea. Transcorrido o primeiro ano desse decreto, os republicanos rio-grandenses afirmavam convictos:

Nesse lapso de tempo, vi com grande alegria aumentarem-se, crescerem, agruparem-se as ideias republicanas no Brasil inteiro e aglomerando-se nos corações do nobre povo brasileiro, surgir delas a áurea lei de 13 de maio de 1888, que por obra das causas circunstanciais de momento e por uma urgência exibida pelo povo, que não admitia delongas, foi assinada pela princesa Isabel, indevidamente intitulada – a redentora; a lei de abolição que lavou para sempre a horrível mancha que enegrecia a nossa áurea verde bandeira.⁴⁴

O título era determinantemente indevido. Primeiramente, porque a princesa mostrara-se uma abolicionista de ocasião, motivada pelo interesse de popularizar-se e quiçá implementar um Terceiro Reinado. E, em segundo lugar, porque não teria feito ela “mais que sua obrigação” ao dar o golpe final numa causa latente na opinião pública e que estava, até então, resolvendo-se à mercê da atuação governamental. Alegava o jornal que tal procedimento não era razão “para reconhecimentos e gratidão de ninguém”, e muito menos para que os republicanos quebrassem as armas e voltassem às costas ao seu ideal – “o estabelecimento da República Federativa”⁴⁵. Logo, não existiam motivos para admirar e defender a princesa, tanto que aqueles que fizeram isso foram amplamente criticados no periódico e por vezes tachados como traidores, vide o caso de José do Patrocínio.

Esta contestação do papel abolicionista encarnado por d. Isabel representa também o esforço republicano em podar qualquer vínculo que pudesse ser estabelecido entre monarquia e abolicionismo. Para os redatores d’ *A Federação*, “a abolição da escravidão não pode ser a legenda da monarquia”⁴⁶, principalmente pelo caráter pouco funcional que teve a Lei Áurea. Ocorria, na verdade, inversamente o contrário, uma vez que reiteradamente enfatizava-se que operada a transformação do trabalho, a eliminação da monarquia seria consequência inevitável, estabelecendo entre as instituições uma relação de concomitância. Aproveitavam-se, assim, para endossar a campanha republicana estreitando os laços entre abolicionismo e republicanismo:

Extinto o privilégio de raça com a liberdade pessoal de todos os filhos do país, é justo, lógico e indispensável que acabe o privilégio de família.

A liberdade da raça escravizada deve seguir-se à liberdade política da pátria.

⁴⁴ *A Federação*, Porto Alegre, 03 de jul. de 1889, p. 1.

⁴⁵ *A Federação*, Porto Alegre, 28 de jun. de 1888, p. 1.

⁴⁶ *A Federação*, Porto Alegre, 01 de jun. de 1888, p. 1.



Concluamos a tarefa. Sejamos americanos fazendo a América sem reis. [...]

Retiremos dessa estrada o oneroso trambolho da monarquia ali colocado para obrigar-se ao retardamento.

O espírito e a moral escravista não desaparecerão tão cedo; a regeneração dos costumes não se há de operar com a celeridade precisa enquanto existir a monarquia, o gerador e mantenedor de todas as subserviências. [...]

Abolicionistas radicais, não podemos nem devemos parar na abolição da escravatura negra.

O que a lógica manda é que prossigamos mais ativamente na abolição da monarquia, a escravidão das consciências, e com ela todos os males inveterados pelo duplo e secular escravismo que tem dominado sobre os brasileiros.⁴⁷

Do excerto acima é possível perceber também o duplo emprego que os periodistas faziam do termo *liberdade*: aquele jurídico, relacionado ao fim da categoria escravo, e aquele que era quase um sinônimo de república. Para *A Federação*, a abolição do elemento servil não teria libertado completamente a pátria, uma vez que o *espírito e a moral escravistas* reproduzir-se-iam enquanto existisse o império. A tarefa do abolicionismo, por sua vez, só findaria com a instauração do regime republicano, momento em que a *liberdade* seria, então, plenamente alcançada. Nas palavras do jornal: “o decreto da abolição da monarquia será recebido oportunamente entre os aplausos da multidão, como acaba de ser recebido o da abolição dos escravos: ambos contêm a destruição do cativo, sendo que o da extinção da monarquia é mais amplo do que o atual”⁴⁸. Grosso modo, acontecia que estrategicamente os republicanos rio-grandenses tentavam estender a forte popularidade do movimento abolicionista à sua causa política, na tentativa de consolidar uma opinião igualmente popular e favorável a mesma.

Associar o fim do *privilégio da raça* (a abolição) com o fim do *privilégio de família* (a instauração da república) compunha uma plataforma política compreensível, que visava aproveitar o movimento abolicionista como força política e moral contra a monarquia. Tratar esses dois momentos como inerentemente imbricados era associá-los discursivamente como imprescindíveis para a extinção de diferentes *cativos*, um racial e outro genealógico/nobiliárquico. Essa ênfase dos republicanos sul-rio-grandenses na radicalidade desse duplo processo assenta também na crença ideológica que compartilhavam, de que medidas posteriores relacionadas à inserção positiva ou compensações quaisquer dirigidas às populações negras seriam desnecessárias. Afinal, a liberdade era um *bem suficiente para recompensar, só ela, todos os males do cativo!*

Se Isabel não foi a protagonista da abolição, quem teria ocupado este papel aos olhos

⁴⁷ *A Federação*, Porto Alegre, 28 de jun. de 1888, p. 1.

⁴⁸ *A Federação*, Porto Alegre, 22 de jun. de 1888, p. 1.



desses republicanos? Em 1884, o jornal enfatizava que “foi pelos esforços persistentes dos abolicionistas, pela sua propaganda tenaz e persuasiva, pelo poder prolífico com que conquistaram para a nobre causa o espírito do país”⁴⁹, ou seja, conferia-se ali importante função a esse grupo. Contudo, tal leitura aparecia muito discretamente no jornal, pois a abolição, na verdade, era divulgada ali muito mais como uma obra do povo brasileiro:

Quem lucrou com a libertação dos cativos foi a Pátria; *os partidos não fizeram a abolição*; a glória não cabe, portanto, a nenhum deles; cabe à nação.

E a reforma última é uma conquista e um exemplo, um argumento: o povo brasileiro mostrou que sabe querer;

Desfizeram-se as dúvidas sobre a nossa energia, de difícil reação, não há dúvida, mas real.

Nessa luta contra o interesse pessoal, o povo brasileiro, além da elevação moral extraordinária que mostrou, provou que sabe ser tenaz, tanto quanto sabe ser generoso.

[...] A escravidão acabou e vamos ver que os nossos males todos não eram produzidos por ela, porque muitos hão de permanecer, extinta a escravidão.

Agora é a própria forma de governo que fica descoberto.

Empregue o povo brasileiro, para derrocá-la, a metade da energia que empregou para libertar-se dos escravos e terá entrado no regime de definitivo, no amplo sistema que permite a livre expansão de toda a atividade.⁵⁰

Em muitas edições é possível detectar a tentativa de caracterizar a abolição como um fato popular por excelência. Todavia, é necessário levar em conta que esse “povo” aparece de forma muito genérica – conforme consta no trecho transcrito – de modo que não fica claro a quais setores sociais estariam se referindo⁵¹. Essa característica vai ao encontro do que se falava anteriormente, no empreendimento de conclamar o povo a seguir lutando por uma causa intrínseca à abolicionista, aquela que eliminaria de vez todos os males que abatiam o país: a instauração da república.

De acordo com trecho citado acima, percebeu-se também que os redatores d’ *A Federação* tentavam desvincular a libertação dos escravos da ação partidária. Todavia, frisa-se novamente que o partido em questão soube utilizar-se muito bem da causa para consolidar-se na política rio-grandense, beneficiando-se da popularidade que o movimento abolicionista ganhou ao longo da

⁴⁹ *A Federação*, 19 de jul. de 1888, p. 1.

⁵⁰ *A Federação*, Porto Alegre, 26 de mai. de 1888, p. 1. (Grifos do autor).

⁵¹ Ao destacar as abordagens que recebeu o 13 de maio de 1888 na historiografia, Renata Figueiredo constatou que o uso da expressão “povo” foi amplamente veiculado nos jornais, principalmente nas comemorações que seguiram a decretação do fim oficial do cativo. A autora sublinhou que a definição considerada pelos jornais naquele momento está inclinada para a parcela da população que na sua ampla diversidade tornou difícil a identificação ser feita por outra palavra. Todavia, n’*A Federação* esse termo pareceu comportar outros significados. Cf. MORAES, Renata Figueiredo. **Os maíos de 1888: História e memória** na escrita da História da abolição. O caso de Osório Duque-Estrada. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 102.



década de 1880. Se a princesa Isabel e os partidos políticos não foram, por sua vez, os responsáveis ou os protagonistas da abolição, tampouco a população de origem africana teriam exercido qualquer papel nesse processo. A abolição é representada como um movimento popular; “popularidade” esta da qual a população negra não fazia parte e, portanto, não merecia destaque. Noutras palavras, foi um movimento conduzido pela população eminentemente branca que gloriosamente se redimia com a “raça escravizada”. Afirmavam os periodistas que “o escravo libertava-se, se não o libertassem”⁵², deixando claro a ignorância e impotência não só do escravo, mas do negro, frente às ideias libertadoras:

[...] a propaganda alastrava-se por toda a parte vencedora até que conseguiu vencer o cordão do escravismo estendido entre ela e as fazendas e penetrou nas senzalas.

Então toda a resistência cessou; tinham falado ao negro em liberdade, fugiram alguns, outros o souberam, fugiram também: da terceira fazenda e da quarta fugiram em massa, o escravo já sabia que havia brancos nos quais não predominava a respeito dele a hostilidade permanente, única face por onde lhe aparecia a raça dominadora.⁵³

Dessa forma, a única atitude que essa população teria tido possibilidade de tomar teriam sido as fugas. Faz-se necessário sublinhar que tal representação não era estranha levando em conta o contexto em que se insere, além disso, deve-se lembrar de que o protagonismo negro, ou melhor, a abolição tida como uma conquista desse povo é coisa recente, inclusive no meio historiográfico.

Colocando a abolição como obra do “povo”, os periodistas d’ *A Federação* conferiam o status de unanimidade a este fato. Seguidamente enfatizavam que a monarquia teria cumprido apenas “o seu dever *obedecendo à vontade manifesta da nação*⁵⁴”; à “*suprema aspiração do patriota brasileiro*⁵⁵”. Tal ideia de unanimidade em torno da abolição foi, todavia, divulgada na imprensa brasileira de modo geral. Ao analisar o movimento abolicionista, Joseli Mendonça, afirmou que a imprensa recheava suas publicações com textos de apoio e de exemplos de ações favoráveis ao fim da escravidão, porém, “essa vontade geral não unânime e foi contestada por Andrade Figueira que lembrou que a população do Brasil não correspondia apenas aos que frequentavam as galerias da Câmara”⁵⁶. Além disso, para a autora, esse foi mais um elemento da memória que naquele momento – 13 de maio de 1888 – começava a ser construída, uma vez que os jornais não lembraram os insatisfeitos com a lei e trataram apenas de reproduzir nas suas manchetes as

⁵² *A Federação*, Porto Alegre, 08 de mai. de 1888, p. 1.

⁵³ *A Federação*, Porto Alegre, 15 de mai. de 1888, p. 1.

⁵⁴ *A Federação*, Porto Alegre, 28 de jun. de 1888, p. 1. (Grifos nossos).

⁵⁵ *A Federação*, Porto Alegre, 21 de jun. de 1888, p. 1. (Grifos nossos).

⁵⁶ MORAES, Renata Figueiredo. Os diferentes 13 de maio. História, memória e festa da abolição. **OPIS**. v.7, n.9, jul./dez. 2007, p. 219.



comemorações por toda a cidade⁵⁷.

Aos olhos dos articulistas d' *A Federação*, todas as ações empreendidas pela Princesa em fins do século XIX, não somente em relação à causa abolicionista, tinham como pano de fundo fornecer uma sobrevida à monarquia. Tais percepções ficam claras no fragmento retirado de uma edição de 1888 reproduzido abaixo:

Ela (a Princesa) vivia bem obscura há ainda pouco tempo, entregue à educação dos filhos e às suas novenas; ninguém acusava a princesa de intrometer-se nos negócios públicos, nem havia a previsão de que ali se achava uma grande cabeça; pelo contrário, os próprios monárquicos achavam que ela empregava bem o tempo entre a igreja e os concertos.

Não constou nunca que a princesa se pronunciasse sobre um negócio grave; que ela se manifestasse no sentido de uma ou outra concessão liberal, nem que fizesse dos negócios públicos a sua ocupação predileta.

A princesa e o conde D'Eu viviam, além de tudo, impopulares.

Entretanto, de um momento para o outro, o conde D'Eu ficou um grande general e a princesa uma elevada estatura política.

Está na memória de todos a caçada real à popularidade que os príncipes fizeram nesta província: - um passeio.⁵⁸

De acordo com os republicanos integrantes do dito jornal, Isabel não tinha e não demonstrara qualquer vocação para a vida pública, visto que a ela interessava mais “os concertos que organizava e as festas de igreja do que as questões de interesse nacional”⁵⁹. Também não se negava no jornal “os dotes de esposa modelo e mãe exemplar”⁶⁰ da Princesa, entretanto, só isso não bastava para dirigir os destinos do país, de maneira que “simplesmente pelas prerrogativas do seu sexo só deveria merecer deferências, respeito e proteção”⁶¹. Nesta perspectiva, deve-se sublinhar que a inaptidão com que caracterizavam essa senhora deve-se em grande medida às concepções de gênero que vigoravam no século XIX, de modo que a posição de monarca ou regente não era destinada às mulheres. Os padrões de gênero eram restritivos para elas, tendo em vista que as estruturas dominantes eram definidas e controladas exclusivamente por homens⁶².

Essa incapacidade política que atribuíam à Princesa, ficava registrada no jornal também

⁵⁷ _____, Os diferentes 13 de maio. História, memória e festa da abolição. p. 219.

⁵⁸ *A Federação*, Porto Alegre, 01 de jun. de 1888, p. 1.

⁵⁹ *A Federação*, Porto Alegre, 02 de mai. de 1888, p. 1.

⁶⁰ *A Federação*, Porto Alegre, 13 de jul. de 1889, p. 1.

⁶¹ *A Federação*, Porto Alegre, 27 de jun. de 1889, p. 1.

⁶² BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil**. Gênero e poder no século XIX. Tradução Luiz Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 34.

Segundo Barman, as próprias estruturas de gênero podem ser responsabilizadas por esse alheamento político da Princesa até a década de 1880. Na análise da correspondência trocada entre o Imperador e a filha, Barman percebeu que o tema político era ausente, assim, isolada do resto da sociedade e sem se inserir no debate político, Isabel pouco sabia da realidade brasileira.



quando se elevava a figura do marido, o Conde D'Eu⁶³, sobre a sua. Conforme os articulistas do jornal divulgavam em meados de 1888, Isabel estava “subordinada pelo instinto próprio ao seu sexo a sugestões estranhas, presa fatalmente à irresistível vontade de seu esposo”⁶⁴, logo, seu reinado serviria para o “franco ingresso ao domínio do Sr. Conde d' Eu”⁶⁵. Noutra publicação, também de 1888, afirma-se o seguinte:

Pensamos nós que aceitar a princesa é aceitar o conde D'Eu, não como marido dela unicamente, mas como imperador.

O segundo plano é evidente que pertencerá à senhora d. Isabel, espírito mais fraco do que o do marido.

Este último, estrangeiro, expulso da própria pátria, ligado ao Brasil como a uma propriedade a explorar, é que será o nosso amo.⁶⁶

Sendo mulher e alheia à política, não teria ela fibra – segundo os republicanos sul-riograndense - para dirigir um Terceiro Reinado. Portanto, o esperado era que o marido assumisse as rédeas do Império e tomasse para si o trono. O conde, por sua vez, era visto no jornal como, além de um estrangeiro – conforme consta no trecho acima, um “aventureiro de raça e de condição, elevado pela diplomacia cortesão ao papel de príncipe consorte”⁶⁷.

Outra característica que integra as representações sobre D. Isabel é sua forte religiosidade, fato que por consequência sinalizava uma proximidade com a Igreja Católica. Para os redatores d' *A Federação*, a princesa herdeira era tida, então, como “uma mulher obsecada pelo fanatismo religioso”, que se ascendesse ao trono iria instaurar o verdadeiro “reinado do terror e do jesuitismo”⁶⁸. Os periodistas não exploraram muito essa faceta da filha de D. Pedro II, mas era mais um aspecto que encontraram para desqualificar sua personalidade e suas intenções políticas.

Interessa enfatizar que ela não foi a única de nossas personagens que mantinha laços estreitos com o catolicismo; Aurélio de Bittencourt era tão beato quanto ela, sendo inclusive presença ativa em várias organizações ligadas a sua religião em Porto Alegre. Muito embora em relação a ele nenhum problema pareceu existir sobre isso, uma vez que tinha esses aspectos de sua vida enfatizados n' *A Federação* sem qualquer conotação negativa. Acredita-se que tal disparidade esteja relacionada basicamente e mais uma vez com os divergentes posicionamentos políticos dos personagens. Como estudado antes, Aurélio era, além de funcionário do Estado gaúcho, homem de confiança do PRR; enquanto a Princesa representava para eles a abominável

⁶³ Uma biografia sobre a vida do casal d. Isabel e Conde D'Eu a partir de como se relacionavam com a política do Estado pode ser encontrada em: PRIORE, **O Castelo de Papel**, 2013.

⁶⁴ *A Federação*, Porto Alegre, 09 de jun. de 1888, p. 1.

⁶⁵ *A Federação*, Porto Alegre, 09 de jun. de 1888, p. 1.

⁶⁶ *A Federação*, Porto Alegre, 04 de jun. de 1888, p. 1.

⁶⁷ *A Federação*, Porto Alegre, 09 de jun. de 1888, p. 1.

⁶⁸ *A Federação*, Porto Alegre, 01 de jun. de 1888, p. 1.



possibilidade de um Terceiro Reinado.

A proximidade da Princesa com o catolicismo resultou por colocá-la numa corrente de abolicionistas moderados que apelava para a doutrina do evangelho e que revestiu a libertação de um teor religioso, assim como também rendeu representações positivas sobre esta personagem. Investigando justamente tais representações no jornal *O Exemplo* de Porto Alegre, nos primeiros anos do século XX, Thanise Guerine e Maria Angélica Zubaran constataram que a Princesa Isabel e outras lideranças abolicionistas foram acionadas pelos periodistas deste periódico com um intuito pedagógico: “o de fornecer modelos de lideranças moderadas e patrióticas, que deveriam inspirar os afro-brasileiros na sua busca de inclusão na nação⁶⁹”. Os redatores d’ *O Exemplo* trataram de sacralizar então estes personagens em múltiplas analogias cristãs, no caso da Princesa Isabel, também replicaram a versão oficial da “redentora” e do reconhecimento dos negros frente ao “presente” dado por ela, no caso a abolição⁷⁰.

Considerações finais

A narrativa republicana da abolição que se destacou dos fragmentos biográficos de Nabuco e Isabel teve como característica central a ideia de uma conquista pacífica protagonizada pelo “povo”. O jornal *A Federação*, então, engrandeceu e/ou diminuiu determinados aspectos da vida pública e privada dessas duas figuras históricas para endossar sua versão sobre a libertação dos escravos.

Em relação a Nabuco, os redatores mantiveram um posicionamento dúbio. Por um lado sua militância abolicionista era digna de louros; por outro era monarquista e por isso não podiam fornecer-lhe apoio e confiança absolutos. A concepção de uma abolição pacífica, por outro lado, aproximava Nabuco dos parâmetros abolicionistas do PRR. Logo após a decretação da Lei Áurea, o jornal já desejava: “que a República venha com flores como veio a abolição da escravatura em 1888”⁷¹. Repetindo, praticamente a mesma frase anos depois, em 1903: “resolvemos por meio de florões com alegria profundamente humana – o gravíssimo problema da escravidão – que afeta intimamente todas as fibras do organismo social”⁷². Dessa forma, ativismos como o empreendido por Joaquim Nabuco, que se aproximava dessa versão, acabaram recebendo elogios e admirações por parte dos republicanos d’ *A Federação*.

⁶⁹ ATOLINI, Thanise, ZUBARAN, Maria Angélica. A reinvenção da abolição e dos abolicionistas no jornal *O Exemplo*: representações pedagógicas e culturais (1920-1930). **Revista de Iniciação Científica da Ulbra**. n. 12, 2014, p. 138.

⁷⁰ ATOLI, ZUBARAN, A reinvenção da abolição e dos abolicionistas no jornal *O Exemplo*..., p. 135.

⁷¹ *A Federação*, Porto Alegre, 15 de jul. de 1888, p. 1.

⁷² *A Federação*, Porto Alegre, 20 de fev. de 1903, p. 1.



No que tange à Isabel, pertencente à família real e herdeira do trono, não teria porque ter sido diferente: foi desqualificada enquanto abolicionista e tida como incapaz de governar o país, a ela restavam apenas os predicativos de esposa e mãe. No caso da princesa, incidiu-se uma visão bem mais negativa, mas que se encontrou articulada também à narrativa composta pelo jornal, uma vez que a seus membros interessava veicular a insustentabilidade da sobrevivência do império a seus leitores.

Como se destacou ao longo do texto, as visões negativas sobre a princesa e as desconfianças em torno de Nabuco encontram-se articuladas à campanha republicana empreendida pela *A Federação*, na medida em que desqualificar a atuação de dois monarquistas no processo de abolição implicava em angariar para os republicanos o capital simbólico da causa. Assim, buscaram afastar o feito da abolição da monarquia, aproximando-o da República. A análise dos fragmentos biográficos de Joaquim Nabuco e da Princesa Isabel deixou claro como suas posições políticas influenciaram na imagem que o jornal *A Federação* veiculou sobre eles. Porém, isso de forma alguma foi determinante para determinar o posicionamento dos redatores frente aos dois, vide o caso de Nabuco que foi bastante elogiado por eles.